

AJUSTE DIRETO

Procedimento n.º 69/2024/IGeFE

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Renovação Suporte 4 Equipamentos Cisco (SW) Housing IPTelecom

(Nos termos da alínea d) do artigo 24.º do CCP do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, na sua atual redação)

Núcleo de Contratação Pública
Departamento de Administração Geral



Índice

Parte I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a Objeto	4
Cláusula 2. ^a - Entidade Adjudicante	4
Cláusula 3. ^a - Documentos integrantes do Contrato	4
Cláusula 4. ^a - Local da prestação de serviços	5
Cláusula 5. ^a - Prazo de vigência do Contrato	5
Cláusula 6. ^a - Preço base	6
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	6
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	6
Cláusula 7. ^a - Preço contratual	6
Cláusula 8. ^a - Obrigações da Entidade Adjudicante	7
Cláusula 9. ^a - Condições e prazo de pagamento	8
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA	9
Cláusula 10. ^a - Faturação eletrónica	9
Cláusula 11. ^a -Obrigações principais da Adjudicatária	9
Cláusula 12. ^a -Outros encargos	11
Cláusula 13. ^a - Dever de Informação	12
Cláusula 14. ^a - Acesso às instalações	12
Cláusula 15. ^a - Utilização dos sistemas de informação	13
Cláusula 16. ^a -Exigência de qualidade	13
Cláusula 17. ^a -Sigilo e confidencialidade	13
Cláusula 18. ^a - Patentes, licenças e marcas registadas	14
Cláusula 19. ^a - Direitos de propriedade intelectual	14

Cláusula 20.^a - Proteção e tratamento de dados pessoais -----	15
Cláusula 21.^a - Boa-fé -----	16
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO -----	16
Cláusula 22.^a - Penalidades contratuais-----	16
Cláusula 23.^a - Casos fortuitos e de força maior -----	17
Cláusula 24.^a - Resolução e extinção do Contrato-----	18
Cláusula 25.^a - Resolução do Contrato por iniciativa da Adjudicatária ----	19
Cláusula 26.^a - Efeitos da Resolução-----	19
Cláusula 27.^a - Responsabilidade -----	20
Cláusula 28.^a - Garantia de transferência e continuidade da execução das prestações -----	20
Cláusula 29.^a - Cessão da posição contratual e subcontratação -----	21
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS-----	21
CLÁUSULA 30.^a – OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA NO QUE CONCERNE AOS TRABALHADORES AFETOS AOS SERVIÇOS-----	21
CLÁUSULA 31.^a – PRAZOS E REGRAS DE CONTAGEM NA EXECUÇÃO -----	22
CLÁUSULA 32.^a - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES-----	22
CLÁUSULA 33.^a - GESTOR DO CONTRATO -----	23
CLÁUSULA 34.^a - FORO COMPETENTE PARA A RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS -	23
CLÁUSULA 35.^a - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL -----	23

Parte I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende a cláusulas a incluir no Contrato a celebrar pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (doravante também designado por IGeFE, I.P.), na sequência do procedimento pré-contratual por ajuste direto, que tem por objeto “*Renovação Suporte 4 Equipamentos Cisco (SW) Housing IPTelecom*”, com as características técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.
2. A quantidade e especificações técnicas subjacentes ao objeto do presente procedimento, são as que se encontram definida na Parte II do presente Caderno de Encargos.
3. O presente procedimento insere-se no CPV 72610000-9 serviços assistência informática, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

Cláusula 2.ª - Entidade Adjudicante

1. A Entidade Pública Adjudicante é o Estado Português, através do IGeFE, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, 1399-029 Lisboa, com os números de telefone +351 213949200, de telefax +351 213907003 e com o e-mail: compras@igefe.mec.pt.
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

Cláusula 3.ª - Documentos integrantes do Contrato

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo



- concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*);
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos (*a existirem*);
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada; e
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Adjudicatária.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe, segundo o n.º 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do Contrato propostos pela Entidade Adjudicante e aceites pela Adjudicatária, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º do CCP e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º desse mesmo diploma.

Cláusula 4.ª - Local da prestação de serviços

1. A prestação de serviços a realizar, no âmbito do presente procedimento, deverá ser executada nas instalações do IGeFE, I.P., sito na Avenida 24 de Julho 134, em Lisboa e/ou sito no Passeio do Báltico 4, em Lisboa.
2. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de alterar o local de execução do presente procedimento, mediante prévia comunicação à Adjudicatária, sem custos adicionais.

Cláusula 5.ª - Prazo de vigência do Contrato

1. A prestação de serviços abrangida pelo presente procedimento deverá iniciar-se na data da última assinatura eletrónica aposta sobre o mesmo, a qual deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis após a adjudicação, até ao limite de 12 (doze) meses.
2. O termo do Contrato não prejudica o cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
3. A totalidade dos serviços deve ser disponibilizada desde a outorga do Contrato até ao seu termo.



Cláusula 6.ª - Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento.
2. O preço base do presente procedimento, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP é de **€ 5.863,50 (cinco mil, oitocentos e sessenta e três euros e cinquenta cêntimos)**, com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. A fixação do preço base nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do CCP foi apurado, de acordo com preços atualizados do mercado obtidos através de Consulta Preliminar ao Mercado, por força do disposto no artigo 35.º-A do CCP à seguinte entidade:
 - **RELOAD - CONSULTORIA INFORMÁTICA, UNIPessoal, LDA. – NIPC 506210855**
4. Todas as comunicações efetuadas no âmbito da consulta preliminar podem ser consultadas nos serviços da Entidade Adjudicante.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 7.ª - Preço contratual

1. Pela execução da totalidade das prestações que constituem o objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar à Adjudicatária, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, designadamente:
 - a) Incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - b) Impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos

pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato, dentro ou fora do território nacional;

- c) A obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre a Adjudicatária, no âmbito do Contrato.

3. Não há lugar à revisão ou à atualização do preço contratual nem lugar a adiantamentos.

Cláusula 8.ª - Obrigações da Entidade Adjudicante

1. Constitui obrigação da Entidade Adjudicante pagar o preço contratual adjudicado, mediante verificação do bom cumprimento da (s) prestação (ões) e execução contratual por parte da Adjudicatária, em respeito das condições de pagamento estabelecidas na Cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a Entidade Adjudicante só se obriga a pagar à adjudicatária a (s) prestação (ões) que efetivamente venha (m) a ser executada (s).
3. Constitui obrigação da Entidade Adjudicante disponibilizar à Adjudicatária todos os meios necessários para a execução do Contrato.
4. Constitui ainda obrigação da Entidade Adjudicante o acompanhamento da prestação e execução, resultante do Contrato a celebrar, pelo gestor designado na Cláusula 33.ª, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
5. A Entidade Adjudicante comunicará à Adjudicatária, logo que dele (s) tenha (m) conhecimento, do (s) facto (s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra prestação contratual, dentro dos termos e condições definidos para o efeito.
6. A Entidade Adjudicante procederá igualmente à comunicação à Adjudicatária da alteração do gestor de Contrato designado, bem como respetivos elementos de contacto, caso a mesma ocorra durante o período de vigência do Contrato.

7. Cabe à Entidade Adjudicante a monitorização da qualidade dos serviços, nomeadamente, reuniões onde devem participar os gestores do Contrato e as equipas da Adjudicatária com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte da Adjudicatária e, quando justificado, aplicar sanções de incumprimento;
8. O atraso em qualquer momento por parte da Entidade Adjudicante no cumprimento de obrigações pecuniárias, não autoriza a Adjudicatária a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer obrigações previstas no Contrato a celebrar, salvo se a invocação da exceção de cumprimento não implicar grave prejuízo para a realização do interesse público.

Cláusula 9.ª - Condições e prazo de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar à Adjudicatária o valor dos serviços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 2. O preço dos serviços a prestar à entidade adjudicante é o que resultar do disposto neste Caderno de Encargos e da proposta apresentada, não podendo em caso algum ser superior ao preço base definido na Cláusula 6.ª.
 3. O pagamento será efetuado numa única prestação.
 4. Cada emissão de fatura deve ser **obrigatoriamente** acompanhada de um relatório de atividades e tarefas realizadas, respeitante ao período de faturação e documentação técnica elaborada durante esse período.
1. A faturação à Entidade Adjudicante será emitida de acordo com os números anteriores da presente Cláusula, após boa aceitação dos trabalhos realizados/horas trabalhadas, pelo gestor do Contrato indicado pela Entidade Adjudicante.
 2. As faturas referidas nos números anteriores, emitidas à Entidade Adjudicante, devem conter os seguintes elementos identificativos, sem os quais serão devolvidas pela Entidade Adjudicante à Adjudicatária:
 - a. Número de compromisso que, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, for identificado para o Contrato [a indicar pela Entidade Adjudicante];
 - b. Número de contribuinte do IGeFE, I.P.: 600 086 631.
 3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contar da data de

entrada da fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que a mesma tenha sido aprovada, nos termos dos artigos 299.º, 299.º-A e 326.º do CCP.

4. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de não aprovar a fatura quando esta não respeite o Contrato ou o presente Caderno de Encargos.

5. Na situação indicada no número anterior, a Entidade Adjudicante comunicará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a decisão à Adjudicatária que deverá apresentar outra fatura devidamente corrigida em sua substituição.

6. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações é aplicável o disposto nos artigos 299.º e 326.º do CCP, na sua atual redação, e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

Cláusula 10.ª - Faturação eletrónica

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, as micro, pequenas e médias empresas, assim como as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes estão obrigadas a aderir à faturação eletrónica no âmbito da execução de Contratos públicos, a partir do dia 1 de janeiro de 2023, e de acordo com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.

Cláusula 11.ª - Obrigações principais da Adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos, ou nas Cláusulas contratuais da celebração do Contrato, decorre para a Adjudicatária a obrigação de prestar os serviços objeto do presente procedimento, na quantidade, prazo e local indicado pela entidade adjudicante, nos termos constantes das cláusulas técnicas consignadas na parte II do presente Caderno de Encargos, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2. A adjudicatária obriga-se a elaborar e entregar dentro dos prazos fixados, os documentos nos termos constantes das Especificações Técnicas da Parte II do presente Caderno de Encargos.

3. A Adjudicatária obriga-se a disponibilizar, todos os documentos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem os mesmos ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
4. Constituem também obrigações da Adjudicatária:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP, conjugado com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, na sua atual redação;
 - b) Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
 - c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do Contrato;
 - d) Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução do Contrato, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
 - e) Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento da Adjudicatária ou por este gerido em primeira linha;
 - f) Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções dos contraentes públicos, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
 - g) Comunicar antecipadamente à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do Contrato a celebrar com a Entidade Adjudicante;
 - h) Não alterar as condições da execução do Contrato fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;

- i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços associados, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- j) Executar a prestação dos serviços disponibilizando sempre aquela que seja, em cada momento e no respeito pelo objeto contratado, a solução mais recente, completa e funcional, obrigando-se a informar imediatamente o contraente público caso venham a ocorrer atualizações ou novas funcionalidades inerentes aos serviços contratados;
- k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como alterações dos seus quadros ou funcionários com relevância para a prestação de serviços;
- l) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato.

Cláusula 12.^a -Outros encargos

1. Todas as despesas ou encargos em que a Adjudicatária incorra para o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à Entidade Adjudicante, a menos que outro regime decorra da Lei ou do Contrato.
2. São, designadamente, da responsabilidade da Adjudicatária:
 - a) Quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à celebração e execução do Contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países da Adjudicatária ou de passagem em transporte;
 - b) Encargos com a obtenção de autorizações, licenças, aprovações que, nos termos da Lei e regulamentação, lhe sejam aplicáveis e/ou se mostrem necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, bem como o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais da Adjudicatária;

- c) Encargos decorrentes da utilização, na execução do Contrato, de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, designadamente, de utilização de *software*, ou outros elementos protegidos por direitos de propriedade intelectual, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias;
- d) Despesas respeitantes ao cumprimento da obrigação de prestação de quaisquer garantias exigidas no Contrato, designadamente, de bom e pontual cumprimento.

3. São ainda da conta da Adjudicatária as despesas e encargos inerentes à celebração do Contrato, incluindo as da prestação da caução, caso haja lugar.

Cláusula 13.^a - Dever de Informação

1. A Adjudicatária obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Entidade Adjudicante, com a periodicidade que esta razoavelmente entender conveniente, quanto à execução da totalidade das prestações objeto do presente procedimento e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do Contrato.
2. A Adjudicatária obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 10 (dez) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do Contrato.

Cláusula 14.^a - Acesso às instalações

1. A Adjudicatária e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela Entidade Adjudicante e comunicadas à Adjudicatária.
2. A Entidade Adjudicante indicará à Adjudicatária quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Cláusula 15.ª - Utilização dos sistemas de informação

Sempre que a execução das prestações objeto do presente procedimento implique o acesso às instalações e utilização dos sistemas de informação da Entidade Adjudicante, por colaboradores ou subcontratados da Adjudicatária, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na Entidade Adjudicante.

Cláusula 16.ª - Exigência de qualidade

1. A Adjudicatária obriga-se a executar os trabalhos de acordo com as normas e os princípios de qualidade pertinentes, bem como com as regras técnicas, a avaliar segundo o critério da melhor prática profissional, designadamente, no domínio das tecnologias de informação.
2. A Adjudicatária obriga-se a substituir qualquer recurso utilizado a solicitação da Entidade Adjudicante, com fundamento na inadequação para o trabalho a desenvolver.

Cláusula 17.ª - Sigilo e confidencialidade

1. A Adjudicatária obriga-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial, financeira, organizativa, laboral ou outra, relativamente à Entidade Adjudicante, a que tenha acesso ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato, independentemente do suporte da mesma (escrito, verbal ou suporte informático), sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que a Adjudicatária seja legalmente obrigada a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Em especial, a Adjudicatária obriga-se:



a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela Entidade Adjudicante ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e

b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a Entidade Adjudicante considere como de acesso privilegiado.

5. De igual forma, a Adjudicatária garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.

6. A Adjudicatária obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da Entidade Adjudicante, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, relativa à proteção de dados pessoais e no Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de julho, relativo à proteção jurídica de bases de dados.

Cláusula 18.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade da Adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da incorporação ou utilização, na execução do fornecimento dos equipamentos, de elementos de construção, de *hardware*, de *software* ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a Adjudicatária indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for, nos termos do n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

Cláusula 19.ª - Direitos de propriedade intelectual

1. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pela Adjudicatária para o IGeFE, I.P. ou pelo IGeFE, I.P. ao abrigo do Contrato, incluindo nomeadamente *software*, escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato

eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, *know-how*, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, pertence ao IGeFE, I.P., ao abrigo do regime da obra por encomenda e como tal cabendo exclusivamente a este todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal o preço contratual previsto na Cláusula 7.ª.

2. A Adjudicatária garante que todos os seus colaboradores afetos à prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que com ele possuam, foram atempadamente informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras indicadas no número anterior pertencem exclusivamente ao IGeFE I, I.P.

Cláusula 20.ª - Proteção e tratamento de dados pessoais

1. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do Contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.

2. As partes obrigam-se a efetuar o tratamento de dados pessoais de pessoas singulares que lhes sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito da execução do Contrato, de acordo com o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, tendo especialmente em consideração que:

- a) Os dados pessoais devem ser tratados de forma que garanta a sua segurança e previna a sua divulgação ou acesso não autorizados, incluindo a proteção contra a sua perda ou destruição;
- b) A recolha de dados pessoais está limitada ao estritamente necessário para a execução do Contrato e durante o período de vigência do mesmo;
- c) Os dados pessoais recolhidos para uma finalidade específica não podem ser tratados de forma incompatível com essa finalidade;
- d) Os dados pessoais são objeto de tratamento lícito, leal e transparente, em conformidade com a legislação aplicável.

Cláusula 21.ª - Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do Contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na Lei, de forma abusiva.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO**Cláusula 22.ª - Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes e decorrentes do Contrato a celebrar, a Entidade Adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, nomeadamente pelo incumprimento das datas e prazos de prestação de execução das prestações contratuais, por razões imputáveis à Adjudicatária e pelo incumprimento das características, especificações e requisitos definidos neste Caderno de Encargos, em especial na sua Parte II, correspondente a:

- a) No primeiro período de 10 (dez) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 1 ‰ (um por mil) do preço final do Contrato, por cada dia de atraso;
- b) A partir do 11.º (décimo primeiro) dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2 ‰ (dois por mil) do preço final do Contrato, por cada dia de atraso;

2. A Entidade Adjudicante pode debitar à Adjudicatária os montantes que venham a ser devidos, na sequência da aplicação das penalidades previstas, devendo aqueles montantes ser pagos no prazo de 30 dias a contar da data de emissão de cada nota de débito.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pela Adjudicatária, relativamente ao objeto contratual cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a eventual reiteração, o grau de culpa (dolo ou negligência) da Adjudicatária e as consequências do incumprimento.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos à luz do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos desta Cláusula.

6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a execução das prestações objeto do Contrato em quantidade inferior ou a existência de pedidos de substituição ou reparação tem

um efeito suspensivo na faturação e pagamento do valor total da encomenda, nos termos deste caderno, Contrato e proposta adjudicada, até que a situação em causa se mostre normalizada.

7. As penas pecuniárias previstas nesta Cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija, para ressarcimento de todos os demais prejuízos causados, uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23.^a - Casos fortuitos e de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da Adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Adjudicatária a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Adjudicatária de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da Adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da Adjudicatária não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A Adjudicatária é responsável pelos atos e omissões que possam causar prejuízos à Entidade Adjudicante ou a terceiros, praticados através da ação dos seus trabalhadores e colaboradores, ainda que tais atos ou omissões sejam dolosa ou negligentemente praticados em violação de ordens ou instruções que aquela lhes haja transmitido, no âmbito dos poderes de autoridade e direção que exerce sobre os mesmos.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 24.ª - Resolução e extinção do Contrato

1. As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do Contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de a Adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Não conformidade com o objeto contratual e o disposto caderno, Contrato e proposta adjudicada e demais legislação aplicável, ou no incumprimento das obrigações decorrentes da prestação de serviços, nomeadamente as de know how;
 - b) Atraso na entrega dos documentos descritos na Parte II das especificações técnicas, ou prestação de informações ou esclarecimentos advenientes do Contrato a celebrar e que se revelem essenciais, superior a 5 (cinco) dias;
 - c) Prestação de falsas declarações.
3. O direito de resolução previsto no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada à Adjudicatária pela Entidade Adjudicante.
4. A extinção do Contrato obedece ao disposto nas várias alíneas do artigo 330.º do CCP.

5. São causas de extinção do Contrato:

- a) O incumprimento;
- b) A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c) A revogação;
- d) A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do contraente público, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

Cláusula 25.ª - Resolução do Contrato por iniciativa da Adjudicatária

- 1. Os fundamentos de resolução são os previstos na Lei e no CCP.
- 2. A Adjudicatária pode resolver o Contrato em caso de atraso, por parte da Entidade Adjudicante, superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de faturas que se mostrem devidas e se o montante em dívida exceder 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 3. Nos casos previstos no n.º 1 e 2, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao IGeFE, I.P., a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a data de receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4. A resolução do Contrato nos termos da presente Cláusula não determina a cessação das obrigações da Adjudicatária relativamente às prestações já executadas.

Cláusula 26.ª - Efeitos da Resolução

- 1. Em caso de resolução do Contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável à Adjudicatária, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização, fixada em 25% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de exigência de ressarcimento de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.
- 2. A resolução do presente Contrato não prejudica a transferência de direitos de autor relativamente às peças ou elementos que, até esse momento, tenham sido apresentados pela Adjudicatária.

Cláusula 27.ª - Responsabilidade

1. A Adjudicatária responde pelos danos que causar à entidade pública contratante, em razão do incumprimento culposos das obrigações que sobre ela impendam, nos termos das normas gerais de direito e do presente artigo.
2. A Adjudicatária responde ainda perante a entidade pública contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de prestações emergentes do presente Contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquela.
3. Nenhuma das partes responde pelos danos causados à outra parte em virtude de incumprimento de obrigações emergentes do Contrato decorrente de caso fortuito ou força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho.
4. A parte que pretenda beneficiar do regime acolhido no número anterior deve, para o efeito, informar a outra parte da verificação de uma situação de incumprimento decorrente de caso fortuito ou de força maior, fazendo menção dos factos que, em seu entender, permitem atribuir esta origem ao incumprimento e, ainda, do prazo que estima necessário para cumprir a obrigação em causa.
5. São da exclusiva responsabilidade da Adjudicatária todas as obrigações legais relativas ao pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente contribuições para a Segurança Social e seguro obrigatório de acidentes de trabalho.
6. A Adjudicatária bem como o pessoal que o mesmo afete à prestação dos serviços objeto do Contrato, é responsável pela integridade e disponibilidade dos bens e sistemas instalados nos locais a que têm acesso, não os podendo utilizar para outros fins que não os expressamente decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato.

Cláusula 28.ª - Garantia de transferência e continuidade da execução das prestações

1. A resolução do Contrato não prejudica a utilização plena pela Entidade Adjudicante dos elementos produzidos, no decurso da execução das prestações objeto do presente procedimento e que são sua propriedade, nem a tomada de posse de todos os componentes relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto do Contrato a celebrar.

2. Em caso de denúncia, resolução ou qualquer outra forma de cessação do Contrato a celebrar, independentemente do motivo, a Adjudicatária assume a obrigação de proceder à transferência, para a Entidade Adjudicante ou terceira (s) parte (s) que a Entidade Adjudicante designar, de todas as informações relativas aos serviços, gestão e operação e administração dos recursos tecnológicos que lhe foram confiados no âmbito do Contrato celebrado, bem como a transferência do *know-how*, entrega do código fonte, caso ainda não tenha sido efetuada, de todas as aplicações especificamente licenciadas e desenvolvidas para a Entidade Adjudicante no âmbito do Contrato e respetivos serviços de suporte tecnológico.
3. O processo de transferência ou transição comporta o respeito pelos prazos e condições estipulados no presente Caderno de Encargos ou no Convite que vier a ser dirigido para a celebração do Contrato em causa, não podendo o prazo máximo para este processo ser superior a 1 (um) mês e devendo o mesmo estar incluído no prazo global do Contrato.
4. A Adjudicatária compromete-se a executar os trabalhos da transferência em moldes que não prejudiquem a disponibilidade ininterrupta dos serviços e mantendo as responsabilidades e obrigações emergentes deste Contrato, até estar finalizado o processo de transferência.
5. Todos os custos da mão-de-obra necessária à execução dos trabalhos da transferência são da responsabilidade da Adjudicatária.

Cláusula 29.ª - Cessão da posição contratual e subcontratação

Não é permitida a cessão da posição contratual, nem a subcontratação, uma vez que a escolha do procedimento adotado é de ajuste direto, com Convite a uma única entidade, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 317.º do CCP, na sua atual redação.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 30.ª – Obrigações da adjudicatária no que concerne aos trabalhadores afetos aos serviços

A adjudicatária obriga-se, também, no que concerne aos seus trabalhadores, ao cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável ao presente Contrato por via da remissão do artigo 451.º do CCP.

Cláusula 31.ª – Prazos e regras de contagem na execução

Os prazos estabelecidos para efeitos de execução do Contrato que vier a ser celebrado, excluindo os que se inserem nas cláusulas técnicas, contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar a partir do momento em que a entidade adjudicante comunica a ocorrência à Adjudicatária;
- b) Os prazos são fixados em dias de calendário, salvo se diferentemente assinalado;
- c) Quando o último dia do prazo for sábado, domingo feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 32.ª - Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações ou notificações da entidade adjudicante dirigidas à Adjudicatária são efetuadas por escrito e enviadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada com aviso de receção ou fax, de acordo com os seguintes elementos:

Morada: Av. 24 de Julho, n.º 134 – 5.º - 1399-029 Lisboa

Fax: 213907003

e-mail: compras@igefe.mec.pt.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. As comunicações entre a Entidade Adjudicante e a Adjudicatária devem ser redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

4. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:

- a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;

- b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
- c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
- d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 33.ª - Gestor do Contrato

1. Aquando da adjudicação, será designado pela entidade adjudicante o gestor do Contrato, o qual acompanhará permanentemente a sua execução nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. A adjudicatária deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do Contrato, e que será o interlocutor com o gestor do Contrato designado pelo IGeFE, I.P..

Cláusula 34.ª - Foro competente para a resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do Contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o foro da comarca de Lisboa.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 35.ª - Legislação aplicável

1. Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente Caderno de Encargos, aplicam-se as disposições constantes no CCP, bem como, as restantes disposições legais e regulamentares em vigor, de acordo com a natureza do objeto a contratar.
2. As normas do CCP relativas à fase de execução do Contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I – ÂMBITO

1- O IGeFE, I.P. gere várias infraestruturas de computação, no caso concreto a que irá suportar o sistema ora indicado, mas que também suporta outros sistemas como o MEGA (componente onPrem); o SmartDocs (gestão documental); o novo projeto do Chronus (registos e assiduidades funcionários); Servidores de Bases de Dados (inc. réplica onPrem do da BD do PMAT); Servidores de Gestão e Segurança vários; Servidores e plataformas como o AGIR; SIGEFE; IGeFE; Centros Tecnológicos, entre outros.

2 - Assim, propõe-se a presente aquisição (renovação) de suporte para um período (apenas) de 12 meses, atendendo à idade dos equipamentos e do planeamento a prazo da deslocalização dos mesmos para o CPDEdu.

II - Requisitos técnicos e funcionais - certificações

Suporte do fabricante da solução implementada no regime de 24x7;

Acesso 24x7 ao servicedesk do parceiro para abertura de incidentes;

Apoio e suporte remoto para recolha e análise de informação;

Gestor de Serviço dedicado para escalonamento e gestão de Contratos;

Escalonamento para suporte de Fabricante;

Suporte a SW com acesso a upgrades;

Substituição de hardware no local;

Subscrição de fontes de informação (atualização de assinaturas) e similares;

Deverá ser entregue certificação técnica da Adjudicatária nas tecnologias propostas/intervencionadas - Certificado técnico do(s) fabricante(s) passado à Adjudicatária (ou técnicos da Adjudicatária) para as tecnologias propostas/intervencionadas;

Deverá ser elaborado e entregue um relatório no fim da atualização e validações, caso se aplique;



Caso exista lugar a atualizações das licenças e/ou configurações decorrentes de atualizações de software e/ou firmware, depois das mesmas, deverão também ser documentadas estas intervenções;

Deverão ainda ser atualizadas as licenças na Account do fabricante (cliente IGeFE), caso se aplique;

As propostas devem contemplar um conjunto de serviços (quer listados quer não listados neste procedimento), cumprimento com as boas práticas e recomendações dos fabricantes para este modelo de infraestruturas;

Deve ser entregue declaração do(s) fabricante(s) como os serviços de assistência técnica (suporte) propostos pelo parceiro serão assegurados por equipa de técnicos certificados e especializados do/pelo fabricante, com formação regular para operar nos equipamentos instalados no ecossistema tecnológico;

Deve ser garantido também acesso rápido a peças de substituição e apoio 24x7;

Relativamente ao suporte, devem ser entregues relatórios no final de cada intervenção/atualização/upgrade dos sistemas software e firmware;

Deverá ainda ser entregue documentação com as garantias das intervenções (e eventuais trocas de peças), preventivas e corretivas, junto aos relatórios;

III - Especificações dos serviços a prestar

P/N	Qtd.	Descrição
Renovação Suporte Cisco 2 x CON-SNT-WSC388TE + 2 x CON-SNT-WSC3858X		
CON-SNT-WSC388TE	2	SNTC 8X5XNBD
CON-SNT-WSC3858X	2	SNTC 8X5XNBD

IV - Documentação

1. Deverão ser entregues relatórios no final de cada intervenção/atualização/upgrade dos sistemas software e firmware.
2. Os relatórios deverão ser enviados ao gestor de Contrato da Entidade Adjudicante até ao 8.º dia útil do mês seguinte à prestação.

4. A documentação a entregar deverá ser estruturada de forma a garantir uma navegação compreensiva entre ela.
5. Toda a documentação deve ser fornecida em formato editável e de acordo com os modelos do IGeFE, I.P..
6. Os formatos e forma de entrega de documentação deverão respeitar as melhores práticas em termos de gestão de conhecimento.
7. Todos os documentos deverão ser entregues e aceites pelo IGeFE, I.P., nos termos a constar no plano de trabalho.
8. Todo o código fonte decorrente das alterações aos sistemas deverá ser entregue ao IGeFE, I.P. até ao 3.º dia útil desde a conclusão das funcionalidades/correções assim como toda a documentação elaborada no âmbito das alterações aplicacionais, de acordo com as boas práticas de desenvolvimento/manutenção aplicacional.

V. - Substituição das equipas

1. Qualquer alteração à composição da equipa indicada em sede de formação do Contrato deve ser previamente comunicada à entidade adquirente e só será aceite caso reúna os requisitos mínimos que tenham sido exigidos no procedimento, podendo, para o efeito, ser solicitada informação e documentação adicional para confirmação dos elementos curriculares e de experiência apresentados.
2. A substituição referida no número anterior deve ocorrer da seguinte forma:
 - a. O cocontratante deve, no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis, identificar o seu melhor recurso considerando os requisitos mínimos exigidos e obter a aceitação pela entidade adquirente;
 - b. O cocontratante deve assegurar que nos 4 (quatro) dias úteis após a aceitação o recurso inicia a prestação do serviço.
3. Sempre que se constate a inadequação de algum elemento da equipa encarregue da execução dos serviços contratados, tendo em conta os requisitos exigidos e o comportamento comumente expectável, pode a entidade adquirente exigir a sua substituição por um dos elementos constantes da proposta do cocontratante ou de perfil equivalente ou superior, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores.

4. Nos casos em que haja a substituição de recursos, o cocontratante deve garantir que o recurso substituído passará o conhecimento adquirido ao longo da execução do Contrato ao novo recurso que integrará o projeto.